

## **Jornal do Comércio – RS – 26/07/2012**

### **Governo gaúcho quer contrapartida para cortar ICMS da energia elétrica**

Com o aceno de mais recursos para os estados, o governo federal espera obter o apoio dos governadores no projeto de reduzir o custo da energia. O ICMS cobrado pelos estados é o tributo que tem peso maior na conta de luz. O assunto foi abordado em reunião entre o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, o presidente do Bndes, Luciano Coutinho e secretários estaduais de Planejamento e de Indústria e Comércio, na quarta-feira passada. No encontro, Pimentel e Coutinho ouviram que dificilmente haverá algum consenso entre os governadores até agosto, quando o governo pretende fazer o anúncio do novo pacote de desoneração tributária, que incluirá medidas para redução do custo da energia.

Em relação ao corte de impostos nos serviços de energia, o secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Odir Tonollier, disse que isso só será possível se houver uma contrapartida por parte da União para evitar a perda de arrecadação. Segundo o secretário, essa ideia faz parte do programa nacional para desonerar a produção no País. No entanto, Tonollier enfatiza que se trata de uma sondagem e que nenhuma proposta concreta foi feita ainda para os estados. Ele ressalta que o ICMS sobre a energia elétrica é uma importante fonte de recursos para os estados. No caso do Rio Grande do Sul, o tributo representa em torno de 10% do total da arrecadação.

A perspectiva é de que o governo federal tente convencer os governos estaduais em troca da redução do pagamento dos serviços de suas dívidas. De acordo com levantamento realizado pelo **Instituto Acende Brasil**, a queda anual de 1,1 ponto percentual da alíquota de ICMS cobrado sobre a energia elétrica diminuiria o ônus sobre o consumidor residencial gaúcho e a arrecadação seria mantida estável graças ao crescimento de 4% do consumo nas residências ao ano, conforme estimativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).